

TIME RECEIVED	REMOTE CSID	DURATION	PAGES	STATUS
September 2, 2013 5:26:51 PM GMT+02	0041229100751	118	5	Received
02/09/2013 16:13	0041229100751	MISSION BRESIL ONU		PAGE 01/05



*Permanent Mission of Brazil to the United Nations Office in Geneva
Chemin Louis Dunant, 15 - 1202 - Genève*

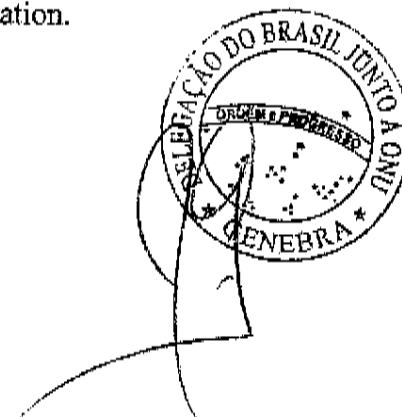
Geneva, August 29th, 2013

Nº 357/13

The Permanent Mission of Brazil to the United Nations Office and other International Organizations in Geneva presents its compliments to the Special Rapporteur on the promotion and protection of the right to freedom of opinion and expression, Mr. Frank La Rue; to the Special Rapporteur on the situation of human rights defenders, Mrs. Margaret Sekaggya; and to the Special Rapporteur on extrajudicial, summary or arbitrary executions, Mr. Christof Heyns, and has the honor to convey the answer of the Brazilian Government on the case of Júnior José Guerra. Both documents, in Portuguese version and an Unofficial English Translation are attached.

The Permanent Mission of Brazil avails itself of this opportunity to renew to the Special Rapporteurs the assurances of its highest consideration.

To
Mrs. Mara Bustelo
Officer in charge
Special Procedure Branch
Office of the High Commissioner for Human Rights
+41 22 917 9006
United Nations
Geneva



UNOFFICIAL ENGLISH TRANSLATION

Brazil recognizes that illegal activities regarding the exploration of wood in the State of Pará have been associated, in certain cases, to threats against witnesses and human rights defenders that struggle against such practice.

In order to curb this situation, Brazil has put into practice a double strategy which involves the coordinated confrontation to the causes that lead to the threats against witnesses and defenders (in this particular case, the illegal exploration of wood and other connected crimes) as well as other linked crimes committed against those witnesses and defenders.

The process of combating such causes involves the coordinated action of both Civil and Federal Police in the State of Pará, which are responsible for the investigation, under the supervision of the Public Attorney the investigation of these crimes and other associated felonies, in order to allow the inquiry and the criminal punishment of the offenders by the Justice.

With reference to the combat of threats and the protection of endangered defenders and witnesses this process involves inscribed activities – to inform on the adopted measures for the protection of Júnior José Guerra – in the Program of Protection to Victims and Threaten Witnesses (PROVITA) and in the Program of Protection of Human Rights Defenders (PPDDH), both under the coordination of the Secretariat for Human Rights of the Presidency of the Republic.

As soon as the death menaces arraignment against Júnior José Guerra reached the Brazilian authorities, in October 2011, Mr. Guerra was offered the possibility of being protected by PROVITA. Nonetheless, as the PROVITA admission would imply the change of residency from the protection beneficiary, along with the production of new identity documents, Júnior José Guerra opted for expressly rejecting his inclusion into the Program, in December 2011.

In regard to the inclusion of Júnior José Guerra in the Program of Protection to Human Rights Defenders (PPDDH), despite the initial assessment provided by the State of Pará Public Defender office that Júnior José Guerra had no necessary elements to benefit from the protection measures, his admission was eventually granted through a preliminary injunction required by the State of Pará Public Attorney office and conceded by the State Court in February 2012.

At that time, Júnior José Guerra decided to move with his family to the State of Paraná (Southern Brazil), having received the financial support from the NGO "Front Line". Since then, his situation in the State of Paraná along with his visits to the State of Pará has been monitored by the PPDDH Federal Technical Staff.

It is important to highlight that the PPDDH activities do not include the performance of criminal investigation inquiries, which are carried out by the Police authorities. In the present case, the State of Pará Civil Police is investigating the death menaces against Júnior José Guerra, as well as the purpose of the arraignments that exposed him to a higher degree of vulnerability, since the homicide of João Chupel Primo, in October 2011. In this sense, Júnior José Guerra's situation has been duly followed by the Brazilian authorities.

ORIGINAL PORTUGUESE VERSION

O Estado brasileiro reconhece que atividades ilegais de extração de madeira no Estado do Pará têm sido associadas, em certos casos, a ameaças dirigidas contra testemunhas e defensores de direitos humanos que lutam contra essa prática.

Frente a essa situação, o Estado tem aplicado dupla estratégia, que envolve o enfrentamento coordenado tanto das causas de fundo por que uma testemunha ou um defensor é ameaçado no caso, a própria extração ilegal de madeira, assim como outros crimes que lhe sejam conexos quanto das ameaças mesmas de que uma testemunha ou defensor sejam vítimas.

O trabalho de enfrentamento dessas causas envolve a atuação coordenada das Polícias Civil e Federal no Estado do Pará, as quais são responsáveis por empreender, sob a supervisão do Ministério Público, a investigação desses crimes e das demais violações que lhes sejam associadas, com vistas a permitir a apuração e a punição penal dos responsáveis, na esfera do Poder Judiciário.

Já o enfrentamento de ameaças e a proteção de defensores ou de testemunhas ameaçadas envolvem atividades inscritas para fins de informar das medidas adotadas para a proteção de Júnior José Guerra no Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (PROVITA) e no Programa de Proteção de Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH), ambos sob a coordenação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Tão logo as denúncias de ameaças de morte dirigidas contra Junior José Guerra chegaram ao conhecimento de autoridades brasileiras, em outubro de 2011, foi-lhe oferecida a possibilidade de ser protegido no âmbito do PROVITA. Como, no entanto, o ingresso no PROVITA implicaria a mudança de residência do beneficiário da proteção, bem como a confecção de novos documentos de identidade, Junior José Guerra optou por declinar expressamente de sua inclusão no Programa, em dezembro de 2011.

No que tange à inclusão de Junior José Guerra no Programa de Proteção a Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH), apesar de avaliação inicial efetuada pela Defensoria Pública do Estado do Pará não ter considerado que ele se enquadraria nos requisitos necessários para beneficiar-se de medidas de proteção, sua inclusão foi posteriormente garantida por meio de medida liminar solicitada pelo Ministério Público do Estado do Pará e concedida pela Justiça daquele Estado em fevereiro de 2012.

À época em que a liminar foi proferida, Júnior José Guerra optara por mudar sua residência, juntamente com a de sua família, para o Estado do Paraná, para o que recebera apoio financeiro da organização não-governamental “Front Line”. Desde então, sua situação no Estado do Paraná, assim como durante suas visitas ao Estado do Pará, têm sido acompanhadas pela Equipe Técnica Federal do PPDDH.

Cabe ressaltar que o trabalho do PPDDH não contempla a realização de procedimentos investigatórios, os quais são de responsabilidade das autoridades policiais. No caso presente, a Polícia Civil do Estado do Pará tem investigado as ameaças sofridas por Júnior José Guerra, assim como o objeto das denúncias que o expuseram a um grau maior de vulnerabilidade, desde o assassinato de João Chupel Primo, em outubro de 2011. Dessa forma, a situação de Júnior José Guerra tem sido devidamente acompanhada por autoridades brasileiras.